ISSN 1984-5634

ARTIGO

De Dionísia Gonçalves Pinto a Nísia Floresta Brasileira Augusta: anos de formação (1810-1828)

From Dionísia Gonçalves Pinto to Nísia Floresta Brasileira Augusta: formative years (1810-1828)

Luma Pinheiro Dias[1]
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz[2]

Editor-chefe:
Andrei Marcelo da Rosa
Editore-gerente:
Rame Ferreira

Submetido: 09/01/2023
Aceito: 13/02/2023

Como citar:
DIAS, L. P.; QUEIROZ, T. de J. M. De Dionísia Gonçalves Pinto a Nísia Floresta Brasileira Augusta: anos de formação (1810-1828). *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 280-294, ago-dez. 2025.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar a trajetória de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mais conhecida pelo pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, entre os anos de 1810 e 1828. Educadora e escritora com dezenas de títulos publicados, atuou em defesa da educação feminina e tornou-se nome relevante para a história das mulheres no Brasil. Sua vida antes da adoção do pseudônimo pode ser conhecida através de seus biógrafos e dos discursos autobiográficos presentes em suas obras. Suas experiências servem de pretexto para o estudo do contexto histórico do período, considerando temas como educação e casamento. Para isso, recorre-se a fontes bibliográficas, biográficas e autobiográficas. O livro Fragments d'un ouvrage inédit, notes biographiques (1878), de autoria de Nísia Floresta, constitui a principal fonte, visto que explora as memórias dos seus primeiros anos de vida, passados nas províncias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Como inspiração teórico-metodológica, utiliza-se Pierre Bourdieu (2006), Teresinha Queiroz (2011), Ângela de Castro Gomes (2004).
Palavras-chave: História; História das mulheres; Nísia Floresta.

Abstract

Abstract: This article aims to present and analyze the trajectory of Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), better known by the pseudonym Nísia Floresta Brasileira Augusta, between 1810 and 1828. Educator and writer with dozens of titles published, she acted in defense of female education and became a relevant name for the history of women in Brazil. Her life before adopting the pseudonym can be known through her biographers and the autobiographical discourses present in her works. Her experiences serve as a pretext for studying the historical context of the period, considering topics such as education and marriage. For this, she resorts to bibliographical, biographical and autobiographical sources. The book Fragments d'un ouvrage inédit, notes biographiques (1878), by Nísia Floresta, is the main source, since it explores the memories of her first years of life, spent in the provinces of Rio Grande do Norte and Pernambuco. As a theoretical-methodological inspiration, Pierre Bourdieu (2006), Teresinha Queiroz (2011), Ângela de Castro Gomes (2004).
Keywords: History; Women's history; Nísia Floresta.

[1] Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. ORCID iD: 0000-0003-0162-0247. E-mail: luma_pd@hotmail.com

[2] Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1977) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1983). Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada II da Universidade Federal do Piauí. Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). ORCID iD: 0000 0003-1957-6686. E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

Dionísia Gonçalves Pinto, nascida no dia 12 de outubro de 1810, na propriedade denominada Floresta, em Papari, "situada no Rio Grande do Norte, a nove léguas da capital dessa província" (Floresta, 1878, p. 48), foi uma mulher com experiências diversas e distintas da maioria de seu tempo. Sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta,[3] tornou-se conhecida por seus contemporâneos por sua atuação como educadora e escritora.[4] Sua escrita estava associada ao interesse em melhorar a educação dispensada às mulheres. A brasileira morou e viajou por diferentes províncias no Brasil, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e também por outros países, como Alemanha, Portugal e França, onde faleceu em 1885 (Dias, 2017).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória dessa personagem enquanto Dionísia, ou seja, no período que compreende os anos de 1810 e 1828, ano em que juntou-se ao companheiro Manoel Augusto de Faria Rocha. Sua atuação em defesa da educação feminina a torna relevante para a história das mulheres no Brasil, visto que é apontada como pioneira do movimento feminista no país (Sohiet, 2005; Botting; Matthews, 2014).

Desse modo, utiliza-se fontes bibliográficas para o entendimento do contexto histórico do período, bem como alguns biógrafos de Nísia Floresta que informam aspectos relevantes sobre sua vida e propõem hipóteses para as lacunas existentes, especialmente quanto aos seus primeiros anos. Dentre eles, destacam-se Adauto Câmara (1941) e Constância Lima Duarte (1995). As obras da escritora também oferecem informações sobre sua vida, pois são repletas de discursos autobiográficos. Para os objetivos propostos, uma se destaca: *Fragments d'un ouvrage inédit, notes biographiques* (1878). Neste artigo, são utilizadas duas versões: a edição francesa de 1878, e a tradução para o português realizada por Nathalie Bernardo da Câmara, publicada em 2001.

Editado na França, mas escrito quando Nísia Floresta estava na Inglaterra, o livro é uma homenagem ao irmão, Joaquim Pinto Brasil,[5] que faleceu em 1875, no Rio de Janeiro. Ainda que escrito pretensamente como uma biografia para homenageá-lo, o texto é marcado pelos relatos autobiográficos da autora, uma vez que apresenta memórias de sua infância e do contexto histórico. O cruzamento com fontes biográficas e bibliográficas se torna indispensável para elucidar o contexto de produção do livro e sugerir soluções para as lacunas deixadas pela autora. Câmara (2001) destaca os silenciamentos propositais de Nísia Floresta expressos através do uso constante de reticências, recurso que não está presente em outras obras da escritora. O livro é dedicado à sua irmã, Clara, com quem afirma ter compartilhado os cuidados fraternais dispensados ao irmão e a dor de sua partida (Floresta, 1878). Essa dor é externada no início do texto:

---

[3] Utilizado pela primeira vez na assinatura da publicação de *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832. Quanto aos significados do pseudônimo escolhido, Gilberto Freyre (1936) sugere que Nísia se refere ao diminutivo de Dionísia; Floresta é referência ao local em que viveu; Brasileira revela o forte traço de seu nacionalismo; e Augusta é em homenagem ao seu segundo companheiro. Norma Telles (2004) tem outra interpretação a esse respeito: sugere que Nísia seja uma homenagem ao pai.

[4] Como educadora, atuou como preceptora em sua juventude e fundou o Colégio Augusto, em 1838, no Rio de Janeiro, instituição dedicada à educação de meninas. Enquanto escritora, publicou dezenas de títulos no Brasil e Europa, entre livros e publicações em jornais. Alguns livros publicados foram: *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), *Conselhos à minha filha* (1842), *A lágrima de um Caeté* (1849), *Opúsculo humanitário* (1853), *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne* (1857) e *Scintille d' un' Anima Brasiliana* (1859).

[5] Joaquim Pinto Brasil nasceu no dia 4 de maio de 1819, em Goiana, Pernambuco. Ingressou no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, sediado em Olinda, em 1833. Com o casamento no ano seguinte, começou a ministrar aulas de geometria e filosofia no Colégio das Artes, anexo da faculdade, e concluiu os estudos em 1840. O casamento aos 16 anos é apontado como motivo de desgosto e preocupação por Nísia Floresta, para si e para sua mãe. Joaquim teve onze filhos, dos quais cinco faleceram na infância. Ao terminar o curso, juntou-se à mãe e às irmãs no Rio de Janeiro. Inaugurou o estabelecimento de ensino Colégio Brasil, em Resende. Mudou-se para Cabo Frio e, em seguida, para São Fidélis. Ao retornar para a Corte, exerceu a advocacia e lecionou no Colégio Pedro II. Foi nomeado chefe da secretaria do Ministério da Agricultura e fundou o Instituto Psicológico, no Largo de São Franciso de Paula. Morreu de pleuropneumonia em 9 de novembro de 1875, no Rio de Janeiro (Floresta, 2001).

> Dois anos já se passaram desde que o poderoso espírito filosófico de um irmão que eu sempre amara, como terna mãe, entrou no seio de Deus; e ainda não pude superar o estranho enfraquecimento das faculdades de minha alma, quando a notícia desse fatal acontecimento me surpreendeu tão cruelmente logo depois do meu retorno à Europa![6]

Nísia Floresta declara que nutria um amor materno pelo irmão, e lamenta ter estado ausente no momento em que ele precisou de seus cuidados, pois esteve no Brasil até poucos meses antes, mas já havia retornado para a Europa, continente em que viveu durante os anos de 1849 a 1852, de 1856 a 1872 e, por fim, de 1875 a 1885. Ao escrever uma biografia de Joaquim Brasil, Nísia Floresta dá detalhes sobre si, seus sentimentos e experiências vividas. O livro é fonte relevante por contar em detalhes momentos da vida da autora, desde sua infância, a perda do pai e sua passagem por Paris, contemplando o contexto histórico dos acontecimentos elencados.

É nesse sentido que colaboram as discussões organizadas por Ângela de Castro Gomes (2004) em *Escrita de si, escrita da história.* A autora destaca o crescente interesse pelas práticas de uma escrita de si e o relaciona com o crescimento de uma história cultural que se ocupa do espaço privado, que privilegia o estudo das mulheres. Apesar disso, Gomes aponta dificuldades metodológicas que envolvem essa escrita, uma vez que apenas recentemente foi reconhecida como fonte privilegiada e transformada em objeto de pesquisa histórica. Afirma:

> A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que esse estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. Considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, *grosso modo*, do século XVIII, quando indivíduos "comuns" passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si (Gomes, 2004, p. 10-11).

Gomes destaca que as práticas de produção de si estão relacionadas com o indivíduo que constrói sua identidade através de seus documentos, e ressalta que mesmo sendo praticado há muito tempo, o ato de escrever sobre sua própria vida ou a de outros ganhou significados específicos para a constituição do individualismo moderno. Assim, "a chave para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais" (Gomes, 2004, p. 11). O surgimento de uma nova categoria de indivíduo levou a transformações das noções de memória, documento, verdade, tempo e história. A autora afirma:

> No que se refere à memória (com desdobramentos para a história), passam a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual "comum", e não apenas de um grupo social/nacional ou de "grande" homem (político, militar, religioso) os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singularidade de cada um (Gomes, 2004, p. 12).

É importante destacar que Nísia Floresta registra suas memórias e impressões sobre a sociedade e sobre si mesma através de sua escrita, que apresenta certa dualidade: é memória construída intencionalmente, visto que alguns tem até mesmo destinatários específicos, e é meio de análise do seu contexto de produção e experiência. O estudo da autobiografia pelos historiadores requer alguns cuidados. Queiroz contribui nesse sentido ao ressaltar que esses textos são escritos destinados à posteridade, expressando uma imagem idealizada de seu autor em relação a si, assim como dos valores por eles propostos. Afirma que: "não deve ser esquecido também que as posições têm uma historicidade própria e que as tomadas de consciência são específicas dos momentos em que os textos foram elaborados" (Queiroz, 2011a, p. 281).

---

[6] "*Deux ans se sont déjà écoulés depuis que le puissant esprit philosophique d'un frère que j'avais toujours aimé en tendre mère rentra dans le sein de Dieu; et je ne puis encore surmonter l'étrange affaiblissement des facultés de mon âme que je ressentis quand la nouvelle de ce fatal événement vint me frapper si cruellement aussitôt après mon retour en Europe*" (Floresta, 1878, p. 8). Neste artigo, utiliza-se a tradução de Nathalie Bernardo da Câmara, versão publicada em 2001.

Discutindo a feitura e o uso da biografia, Pierre Bourdieu (2006) alerta para o que chamou de "ilusão biográfica", que também pode ser aplicada aos estudos que utilizam a autobiografia. De acordo com ele, é importante considerar que a história de vida dos indivíduos não é linear ou dotada de sentido prévio e sem interações ou interferências do social. Assim, adotar o discurso autobiográfico de Nísia Floresta como fonte parte do pressuposto de que:

> Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (Bourdieu, 2006, p. 190).

É importante considerar o lugar que Nísia Floresta ocupava na sociedade brasileira oitocentista e sua singularidade ou pontos em comum com outras experiências existentes no período. Ela é atravessada pelas relações que estabelece com outros atores sociais, e não apresenta necessariamente um comportamento adequado às normas sociais de seu tempo, mas modifica-as e reage a elas conforme seus interesses.

Outro apontamento relevante diz respeito ao momento de produção dos *Fragments*, visto que o olhar lançado por Nísia Floresta ao seu passado parte de uma mulher influenciada pela perda de entes queridos, pelos acontecimentos transcorridos e pelos anos vividos entre Brasil e Europa. Sobre isso, Enzo Traverso (2012), dialogando com Walter Benjamim, que, por sua vez, observa Proust, aponta o caráter subjetivo da memória como uma construção do presente:

> Walter Benjamin sublinha que Proust "não descreveu uma vida tal como ela foi, mas uma vida como a rememora alguém que a viveu". E continua comparando a "memória involuntária" de Proust – que traduz como "trabalho de rememoração espontânea" (*Eingedenken*), onde a recordação é a embalagem e o esquecimento é o conteúdo – como um "trabalho de Penélope" onde é "o dia que desfaz o que a noite tinha feito". Cada manhã, ao acordar, "não temos em mãos mais do que algumas franjas, em geral frágeis e lassas, da tapeçaria do vivido que o esquecimento em nós teceu" (Traverso, 2012, p. 22).

Ao escrever suas memórias, a autora edita os acontecimentos conforme o seu presente, considerando seus interlocutores e os interesses envolvidos nessa escrita. Os esquecimentos, propositais ou não, também compõem sua narrativa. Nascida nos primeiros anos dos Oitocentos, Dionísia Gonçalves Pinto é filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto e da brasileira Antônia Clara Freire. É provável que tenha tido quatro irmãos: Clara e Joaquim, filhos legítimos de seus pais, Maria Isabel, filha do primeiro casamento da mãe, e outro, de nome desconhecido, primogênito do pai, a quem faz referência em seus *Fragments* (Floresta, 1878).

Sobre o pai, pouco se sabe além de ter exercido a advocacia. É descrito como um homem justo, generoso, carinhoso para com os filhos e preocupado com a instrução destes (Floresta, 1878). Quanto à Antônia Clara, era de família abastada. Em artigo publicado no Diário de Natal em 1949, abaixo transcrito em sua quase totalidade, Hélio Galvão informa sobre a família materna de Dionísia:

> Nísia Floresta não é nenhuma surpresa para quem conheça sua ascendência materna. Andei estudando suas origens genealógicas e disso me convenci. Esta mulher admirável que ultrapassou o seu século viajando a Europa e conhecendo seus grandes homens, tem precedentes legítimos na família de sua mãe. É o caso, por exemplo, de dona Francisca Freire, irmã da mãe de Nísia, dona Antônia Clara. É o caso do capitão-mor Bento Freire do Revòredo, avô materno de Nísia, figura curiosa de patriarca, senhor de engenho, equilibrado e sereno, crescendo entre os contemporâneos e tornando-se maior, quando hoje lhe examinamos as atitudes políticas e os gestos públicos, para onde projetou a história. Até mesmo o sobrenome de Brasileira, que Nísia adotou, aparece em sua prima Joaquina Brasileira, filha do cel. Basílio Quaresma Torreão, que foi presidente da província, escritor e jornalista, a qual veio a casar com seu tio Bento José Fernandes de Barros Filho, e que são os pais do dr. Benjamim Franklin Torreão de Barros, que residia e morreu celibatário, em Lausanne, na Suíça. Dona Francisca Freire, segunda filha do casal Bento Freire e Mônica Borges, é uma rara figura de mulher, considerado o século em que viveu e agiu. Casou com Félix Ferreira da Silva, filho de um português de igual nome [...]. Foi este Félix o iniciador do comércio de gado com o Piauí, intercâmbio de largas repercussões

> econômicas na zona [...]. Falecendo o marido [...], dona Francisca Freire levou vida de atividade intensa, agitada e múltipla, gerindo superiormente os negócios do espólio e continuando a tradição do morto, levando por diante o negócio do gado. Uma procuração por ela outorgada logo depois da morte do marido indica o vulto e a extensão da área dos negócios que ele iniciara e ela manteve com segurança de orientação diretora. Por essa procuração constituía ela procuradores na Bahia, no "sertão de Tororó", no Piauí, no Natal, na Capitania da Paraíba, no Recife no Ceará [...] (Galvão, 1949, p. 1-4).

As informações permitem construir uma noção acerca da riqueza e influência da família materna de Nísia Floresta. Além disso, a experiência de Francisca Freire ilustra o lugar ocupado pelas mulheres dentro dessa dinâmica familiar. Enquanto viúva, teve acesso aos bens do marido, gerindo os negócios de maneira eficiente. A extensão do seu poderio econômico pode ser medida a partir dos dados a respeito dos procuradores por ela constituídos em diferentes localidades do Norte do Brasil.

Ponderando que as mulheres desempenhavam suas funções principalmente dentro do lar, sendo treinadas para desempenhar o papel de mãe e ensinar prendas domésticas aos filhos, Francisca Freire pode ser considerada como "uma rara figura de mulher!". Mesmo mulheres pertencentes a elite e com certo grau de instrução, estavam, comumente, limitadas ao espaço privado, uma vez que a elas não estava destinada a esfera pública, fosse econômica, política, social ou cultural. Casavam-se em comunhão de bens, e os maridos ganhavam poder sobre suas heranças. Já a viuvez conferia certo poder a essas mulheres, que eventualmente passavam a gerir os negócios da família (Falci, 2004). Isso pode explicar, também, a riqueza da família nuclear de Nísia Floresta, mesmo após a viuvez de sua mãe.

Quanto ao local de nascimento de Dionísia, Papari era uma vila, com nome de origem indígena, localizada em terras próximas ao litoral de Rio Grande. Sob o domínio holandês no período de 1633 a 1654, a aldeia de Papari era ocupada por indígenas. Em 1722, missionários italianos lideraram a construção da igreja de Nossa Senhora do Ó na freguesia de Papari, concluída em 1755. No final do século XVIII a vila começou a depender política e administrativamente da vila de São José de Mipibu. A separação entre ambas se concretiza somente em 1852, quando Papari ganhou o estatuto de Vila Imperial de Papari. A principal atividade econômica desenvolvida na região era o cultivo de cana-de-açúcar (Ferreira, 2011). O viajante Henry Koster[7] visitou Papari por volta de 1810 e disponibilizou informações importantes sobre o lugar:

> Papari é situada num vale estreito e profundo, mas de lindo aspecto. É intensamente cultivado, principalmente este ano as terras foram valorizadas, por não haver chuvas e os trechos arenosos serem estéreis. Com efeito, quando vira n'outras paragens a terra seca e queimada, essa região é cheia de verdura, irradiando alegria derredor de si, ciente de sua superioridade. Os habitantes parecem compreender, pela sua satisfação, a partilha esplêndida que receberam. Papari tem outra vantagem, embora longe três ou quatro léguas do mar, possui um lago d'água salgada, de forma que os moradores têm peixes às portas. A maré vai até o lago, que jamais seca, e mesmo os rios d'água doce raramente param, preservando uma certa parte da ação marítima (Koster, 1942, p. 104-105).

A propriedade da família de Dionísia foi visitada pelo viajante, que registrou:

> Papari está a cinco léguas de Cunhaú. Senhor Dionisio apresentou-me a sua mulher. Ele é português e ela brasileira. Tem uma pequena propriedade no vale, que me pareceu prosperamente colocada. Papari contará uns trezentos habitantes, muito espalhados. Soube que, durante este ano, muitas pessoas se fixaram aqui pela carência de víveres nos lugares de origem. [...] Jantei à moda brasileira, numa mesa colocada a seis polegadas do solo, ao redor da qual nos sentamos ou melhor, nos deitamos, sobre as esteiras. Não havia garfos e as facas, em número de duas ou três, eram destinadas a cortar unicamente os maiores pedaços de carne. Os dedos deviam

[7] Henry Koster nasceu em Portugal, em 1793, filho de ingleses. Veio para o Brasil em 7 de dezembro de 1809, se instalando em Recife. Suas viagens estavam concentradas na região Nordeste, onde "quanto viu, registrou fielmente". Em 1815 publicou *Travels in Brazil*, quando estava na Inglaterra. Faleceu por volta de 1820 em Recife (Cascudo, 1942).

> fazer o resto. [...] Fiquei em Papari um dia inteiro a fim de que meus cavalos descansassem um pouco e pude, por intermédio do senhor Dionisio, comprar um outro para o pobre Júlio, cujos pés estavam fendidos pela marcha nas areias soltas (Koster, 1942, p. 105).

A família era, portanto, detentora de terras, provavelmente, oriundas da família de Antônia Clara. O pai, Dionísio Pinto, era um português ilustrado e permitiu à filha o acesso às primeiras letras (Câmara, 1941). A permissão do pai para o início e aprofundamento dos estudos constitui fator decisivo para a formação da educadora e escritora.

No Brasil, os homens tinham livre acesso à instrução, desde que pertencessem a família abastada, podendo viajar para o exterior para concluir os estudos e formar-se na Europa. Quando era permitido que moças aprendessem a ler, a escrever e noções básicas de cálculos e geografia, isso se dava geralmente no espaço doméstico, com professores particulares e comumente não passavam de lições simples. Guacira Lopes Louro (2004) ressalta que a educação de meninos e meninas não eram processos únicos ou tidos como universais dentro da sociedade oitocentista. A autora destaca que as divisões de classe, etnia e raça tinham papéis importantes na determinação das formas de educação utilizadas.

Os pais não queriam que as suas filhas soubessem mais que o necessário para gerirem um lar. Assim, não deveriam ter conhecimento suficiente para que fossem capazes de ler romances indecentes, ou de escrever bilhetes para paixões proibidas. A instrução destinada livremente para o sexo masculino também constituía elemento de dominação. Os romances, aliás, eram importantes para o universo feminino. De acordo com Queiroz:

> Tanto a leitura, quanto a escrita dos romances permitiam às mulheres o acesso a novos espaços geográficos, sociais, culturais e humanos, através das descrições detalhadas de estados psicológicos interiores e cenas exteriores. Possibilitavam perceber as cidades em movimento; acompanhar suas sociabilidades pela imaginação; erotizar-se, viver paixões intensas, conhecer o mundo proibido do amor e da sexualidade, mesmo de forma imaginária. Tudo isso sem sair de casa, ou seja, mantendo a postura passiva, caseira e doméstica atribuída às boas mulheres pela cultura ocidental dominante (Queiroz, 2011b, p. 204).

Diante do papel de zeladoras do lar, cabia às mulheres, fosse através da educação, fosse através de brincadeiras, aprender a realizar as tarefas que lhes seriam exigidas quando casassem. Deveriam desenvolver suas virtudes ainda quando crianças para que pudessem realizar um casamento satisfatório e manter a honra da família. Assim, as mulheres de elite eram ensinadas a reproduzirem e, posteriormente, transmitirem, o modelo feminino construído pelo discurso patriarcal brasileiro. Sobre isso, Louro afirma:

> Para filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas (Louro, 2004, p. 466).

A instrução para meninas era ministrada na maioria dos casos no ambiente familiar, uma vez que escolas primárias para meninas no início do século eram raras, considerando a extensão territorial do Brasil e a ausência de políticas e incentivos voltados para a educação feminina. Maria José Garcia Werebe (1995, p. 371) esclarece que essa situação perdurou durante todo o século XIX:

> O pouco ensino que havia no país era reservado aos meninos, pois as meninas não recebiam praticamente nenhuma instrução. Embora esta questão tivesse sido levantada na Assembleia, pouco de efetivo foi feito em favor da educação feminina. Salvo nas famílias abastadas, onde a cultura dos jovens se limitava à alfabetização e ao cultivo de "algumas prendas", o resto da

> população feminina permanecia completamente analfabeta. Os progressos, registrados neste terreno, foram muito lentos em nosso país, mesmo depois da proclamação da República (Werebe, 1995, p. 371).

June Hahner (1981) ressalta que a primeira legislação a respeito da educação feminina data de 1827, que admitia meninas para as escolas elementares, o que não modificou o interesse pelo conhecimento focado nas atividades domésticas. Além das poucas escolas criadas, os salários oferecidos aos professores não eram atraentes. A criação das escolas normais para preparar os professores não alterou o cenário, visto que eram poucas e as matrículas insignificantes. Assim, muitas jovens permaneciam recebendo instrução em casa ou em escolas particulares, dirigidas por religiosos ou por estrangeiros, em sua maioria.

Maria Celi Chaves Vasconcelos (2007) destaca três personagens da educação doméstica: os professores, chamados de mestres particulares, ensinavam as primeiras letras, gramática, línguas, música, piano, artes e outros conhecimentos nas casas ou fazendas, para membros da família e/ou agregados; os preceptores moravam na casa da família que os contratavam e eram, em alguns casos, estrangeiros; por fim, havia membros da família que se encarregavam do ensino dos mais jovens, tais como a mãe, pai, irmãos mais velhos.

Nísia Floresta é um exemplo da importância da permissão e incentivo familiar para o processo de instrução para as mulheres nos Oitocentos,[8] considerando a participação de seu pai em sua educação nos primeiros anos. Além de ter tido acesso à instrução, ela foi encarregada pelo pai de cuidar da educação do irmão mais novo, como afirma em seus *Fragments*:

> Seus passos ainda mal firmes, nas alamedas bordadas das mais aromáticas flores variadas dos trópicos e sombreadas de palmeiras, cajueiros, mangueiras, laranjeiras, etc., seguiam os de sua irmã querida, embora ela ainda fosse quase uma criança, a quem seu pai havia confiado a primeira educação de seu querido cadete, que crescia sob os melhores auspícios, em meio a sua família amada, e cuja inteligência precoce lhe fazia conceber as esperanças mais felizes.[9]

Assim, enquanto outras meninas de seu tempo eram condenadas a uma educação superficial, que reforçava as funções sociais que deveriam exercer na vida adulta, Dionísia, ainda criança, recebia a confiança do pai para dirigir a educação inicial do seu irmão. A propósito, o pai é descrito como uma figura constantemente lembrada com carinho e devoção, como no trecho a seguir:

> Entretanto, com que ternura, e cuidados esse respeitável pai se ocupava de minha felicidade pelo meio ainda mesmo das maiores perseguições de seus vis inimigos! Como esquecia ele seus interesses, e sua própria existência para cuidar na de sua família, e particularmente velar na minha inexperta, e incauta juventude! Uma longa vida passada na obediência e atenções filiais, não compensaria tantas bondades, e tanta indulgência (Floresta, 1845, p. 13).

---

[8] Ademais, outras mulheres conseguiram ultrapassar essa limitação, como a piauiense Luiza Amélia de Queiroz (1838-1898), que recebeu uma instrução rudimentar, mas aperfeiçoou seus conhecimentos de forma autônoma, adentrando no universo literário de seu tempo, com a publicação de *Flores incultas* (1875) e *Georgina ou os efeitos do amor* (1898) (Rocha, 2015). Maria Firmina dos Reis (1822-1917), escritora e educadora maranhense, constitui caso interessante, visto que além das barreiras impostas ao seu sexo, era afrodescendente e bastarda. Transpondo essas dificuldades, ficou conhecida por ser uma das primeiras mulheres a publicar um romance no Brasil, intitulado *Úrsula* (1859). Maria Firmina ainda atuou como professora de primeiras letras entre 1847 e 1880, e fundou uma escola mista em 1880 (Muzart, 2018). Sobre ela, Kelen Benfenatti Paiva (2018, p. 159) afirma que: "com as limitações próprias da época em que viveu, faz uso de estratégias de inserção social para ocupar um lugar distinto daquele socialmente instituído para mulheres de seu tempo: o âmbito do privado, do lar". Paiva (2018, p. 159) destaca três estratégias possíveis adotadas por mulheres para transitar pelo espaço público da sociedade: "literatura, a imprensa e a educação". Tais estratégias foram utilizadas por Nísia Floresta.

[9] "*Ses pas encore mal assurés suivaient, dans les allées bordées des plus odorantes fleurs variées des tropiques et ombragées de palmiers, de cajueiros, de manguiers, d'orangers, etc., les pas de sa sœur bien-aimée, à qui son père avait confié, quoiqu'elle fût encore presque une enfant, la première éducation de son cher cadet qui grandissait sous les meilleurs auspices, au milieu de sa famille aimante, et dont la précoce intelligence lui faisait concevoir les espérances les plus heureux*" (Floresta, 1878, p. 49).

No entanto, um evento ocultado pela escritora em seus registros possivelmente abalou essa relação amistosa entre pai e filha: aos treze anos foi dada em casamento a Manuel Alexandre Seabra de Melo, homem rude, de pouca instrução e possuidor de terras, mas poucos meses depois voltou a residir com os pais. Não se tem notícia de documentos que comprovem a anulação do seu primeiro casamento (Dias, 2017). Naquele período, o casamento sem o consentimento prévio dos nubentes era a norma. Como destaca Eni de Mesquita Samara (1989), os pais escolhiam o marido de suas filhas sem necessariamente consultar a sua vontade. Já "aqueles realizados à revelia dos pais, em geral, resultavam em punições de diversos tipos e significavam, em muitos casos, a exclusão dos filhos na participação do patrimônio da família" (Samara, 1989, p. 89).

Os casamentos, de acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), obedeciam ao que chamou de princípio da igualdade: deveriam ser observadas a faixa etária, social, física e moral para a escolha adequada do cônjuge, considerando a indissolubilidade do matrimônio apregoada pela Igreja Católica. Manuel Alexandre e Dionísia pertenciam ao mesmo estrato social, no entanto, outros fatores podem explicar o fracasso da união, como a diferença de idade e de instrução entre eles. Com uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, como salienta Mary Del Priore (2012), no Nordeste, separava-se mulheres e homens, ricos e pobres. Quando o corpo das meninas começava a amadurecer, logo os pais começavam a se preocupar com o casamento. Para as filhas de ricos fazendeiros, o plano era casar-se com homens de famílias igualmente ricas (Del Priore, 2012).

Outra prática comum no período, mas não comprovada no caso de Dionísia, era o uso do dote para firmar casamentos, costume presente no Brasil desde o período colonial. De acordo com Elizabeth Sousa Abrantes (2012), os casamentos entre pessoas do mesmo estrato social sem dote eram mais difíceis de acontecer, o que leva a crer que esse arranjo esteve presente na união de Dionísia e Manuel Alexandre. Diferente dos casamentos firmados no início do século XIX, nota-se a diminuição dessa prática no decorrer dos oitocentos, "à medida que o individualismo crescia e os negócios e a família se separavam" (Nazzari, 2001, p. 189).

Ao retornar à casa dos pais, Dionísia certamente teve que lidar com o julgamento da sociedade da época, uma vez que o casamento, além de indissolúvel, representava um contrato entre as famílias dos nubentes. Duarte (1995) ressalta que Manuel Alexandre perseguiu Dionísia, inconformado com o fim do casamento e também a fama de adúltera que ela carregou. Norma Telles (2004, p. 405) destaca que "por ter largado o marido, foi repudiada por toda sua família com exceção da mãe que, enquanto viveu, sempre lhe deu apoio". O abandono ao marido diante de sua pouca idade evidencia a ousadia de Dionísia ao contrariar os padrões sociais vigentes.

As separações eram possíveis legalmente de acordo com algumas condições específicas, como, por exemplo, a não consumação, que levaria à anulação do casamento, motivos religiosos, adultério, sevícias, abandono do lar, injúria grave e doenças infecciosas (Samara, 1989). No entanto, não é possível afirmar se algum desses motivos embasou legalmente a separação de Dionísia e Manuel Alexandre. No ano seguinte ao casamento e consecutiva separação de Dionísia, em 1824, a sua família passou a sofrer mais intensamente com os levantes antilusitanos desencadeados no Norte do Brasil. Em 1817, dois anos antes do nascimento de Joaquim Brasil, a família já havia sentido os efeitos da Revolução Pernambucana. Ambos os eventos foram registrados por Nísia Floresta em seus *Fragments*.

As transformações iniciadas com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, como a abertura dos portos (1808) e o Tratado de Comércio (1810), beneficiou o comércio com a Inglaterra, parceira de longa data de Portugal, e prejudicou os comerciantes locais. Em 1817, a região sofria com os efeitos da recessão, agravados pela seca do ano anterior, que levou à diminuição da produção dos setores de abastecimento e agroexportação. A queda da produção voltada ao abastecimento interno ia na contramão do crescimento da demanda de gêneros de subsistências, especialmente na capital pernambucana (Villalta, 2003).

Assim, era necessário importar gêneros alimentícios de outras capitanias, encarecendo os preços. Os mercadores portugueses dominavam o comércio e os grandes proprietários rurais

estavam descontentes com as dívidas pendentes com a extinta Companhia do Comércio de Pernambuco e Paraíba, além de dependerem de produtos importados a altos preços e exportados a preços baixos. Os militares reclamavam dos salários baixos e com atrasos frequentes no pagamento, assim como da hierarquia que beneficiava portugueses (Villalta, 2003).

Nesse sentido, "deu-se a emergência de uma luso-fobia, de sentimentos e ações contra os portugueses 'acusados de monopolizar os melhores empregos civis e militares, os maiores proventos e tudo mais de bom na terra" (Villalta, 2003, p. 61). O clima de insatisfação foi fomentado pela circulação de ideias liberais e pelos exemplos de revoltas bem-sucedidas em outros locais, como a Independência Americana e a Revolução Francesa.

Nesse contexto, desencadeou-se a Revolução Pernambucana, opondo "colonizados e colonizador, personificado nas figuras do brasileiro e do português, e a oposição entre Colônia e Metrópole" (Villalta, 2003, p. 62). Emissários foram enviados ao Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, em busca de apoio, conseguindo a adesão de localidades dos dois primeiros. Os revoltosos conseguiram instituir um governo provisório, que durou 74 dias. Com a forte repressão das forças de D. João VI, os revoltosos se entregaram no dia 20 de maio de 1817, e receberam punições severas e exemplares (Villalta, 2003). Sobre 1817, relembra:

> Parecia que ainda ouvíamos o eco repetir os gemidos das vítimas de 1817, imoladas à vingança de seus dominadores de além-mar, cujo despotismo punia, com uma barbárie digna da Idade Média, os chefes e os aderentes do Partido Republicano. As famílias, e até mesmo os conhecidos dos que designávamos com desconfiança pelo nome sagrado de patriotas, sofriam direta ou indiretamente os efeitos do ódio voltado a seus pais e a seus amigos envolvidos nesse partido. O governo do rei não se contentou em fazer cair as cabeças mais ilustres daqueles que quiseram realizar no Brasil a grande obra de inspiração americana. Ele ainda saciou sua raiva fazendo cortar-lhes as mãos que, sob sua ordem, foram expostas, assim como suas cabeças, sobre postes em diferentes lugares... atos dignos de Luís XI na França.[10]

Dessa maneira, Nísia Floresta corrobora com as ideias dos revoltosos e condena a repressão das forças governamentais. Como reação da família ao perigo iminente, ela afirma que:

> O pai de Brasil, nascido em Lisboa, mas brasileiro de coração, espectador aflito e indignado com essas horríveis hecatombes, às quais não escaparam alguns de seus amigos mais distintos, retirou-se assim que pôde, com sua família, de sua terra, a fértil e charmosa Floresta, situada a nove léguas da capital desta província, onde ele estava casado numa das famílias das mais abastadas e das mais honoráveis.[11]

Câmara (2001) destaca que alguns historiadores defendem que a região onde morava a família de Dionísia não foi atingida pela Revolução de 1817, posição com a qual ela discorda. Acrescenta que o governador do Rio Grande do Norte à época, José Ignácio Borges foi deposto pelos revolucionários, que assumiram o poder e estabeleceram o Governo Provisório Republicano do líder do movimento na capitania, André de Albuquerque Maranhão. Com a contrarrevolução, houve a perseguição aos liberais republicanos. Entre esses, de acordo com a citação anterior, estavam amigos da família de Dionísia.

---

[10] "*Il semblait qu'on entendait encore l'écho répéter les gémissements des victimes de 1817 immolées à la vengeance de leurs dominateurs d'outre-mer , dont le despotisme punissait avec une barbarie digne du moyen âge les chefs et les adhérents du parti républicain. Les familles et les connaissances même de ceux qu'on désignait avec mépris par le nom sacré de patriotes essuyèrent directement ou indirectement les effets de la haine vouée à leurs parents et à leurs amis enveloppés dans ce parti. Le gouvernement du roi ne se contenta pas de faire tomber les têtes les plus illustres de ceux qui voulurent réaliser au Brésil la grande œuvre de la générale inspiration américaine. Il assouvit encore sa rage en leur faisant couper les mains qui, par son ordre, furent exposées, ainsi que leurs têtes, sur des poteaux dans différents lieux. C'étaient là des actes dignes de Louis XI de France!*" (Floresta, 1878, p. 47-48).

[11] "*Le père de Brasil, né à Lisbonne, mais tout brésilien de coeur, spectateur navré et indigné de ces horribles hécatombes auxquelles n'échappèrent pas quelques-uns de ses amis les plus distingués, se retira aussitôt qu'il le put avec sa famille dans sa terre, à Rio Grande du Nord, la fertile et charmante Floresta, située à neuf lieues de la capitale de cette province, où il s'était marié dans une des familles les plus aisées et les plus honorables*" (Floresta, 1878, p. 48).

Os eventos de 1824 também impactaram na vida da família. Dessa vez ela menciona a ocorrência de ataques diretos à Floresta, propriedade em que moravam. As ideias separatistas que persistiam no norte do Brasil desde a Revolução Pernambucana (Brandão, 1924) estavam presentes na Confederação do Equador, pois "praticamente os mesmos personagens de 1817 estavam presentes em 1822 e 1824, lutando pela independência" (Araújo; Silva, 2019, p. 111).

Os revoltosos eram contrários ao governo de D. Pedro I, considerado autoritário, principalmente após o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823 e da imposição de uma Constituição em 1824 (Brandão, 1924). Além disso, buscavam implementar um regime republicano. Conforme Brandão (1924, p. 171), a Confederação do Equador:

> Foi acima de tudo, uma atitude altiva e patriótica, de franco e desassombrado combate às loucuras e aos erros de D. Pedro 1. A dissolução da Assembleia Constituinte foi o maior erro político que assinala a filosofia da nossa história, sobretudo quando se considerar que no norte do país aspirava-se à República e propugnava-se o reino da democracia, assentado o fundamento da soberania nacional na eleição popular (Brandão, 1924, p. 171).

Iniciado em Pernambuco, se estendeu ao Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. O movimento, no entanto, foi contido pelas tropas de D. Pedro I. Assim como em 1817, os principais líderes foram presos, condenados e mortos pelas forças imperiais. Os acontecimentos são lembrados por Nísia Floresta com angústia, uma vez que o pai, por ser português, foi alvo de ofensivas inimigas. O período é citado em duas obras distintas. Primeiramente, em *Conselhos à minha filha* (1845):

> Vou dizer-te de passagem alguma coisa de minha infância, sem a pretensão de fazer-te persuadir virtudes, que não tenho. Eu tinha pouco mais de tua idade quando em 1824 o horror da guerra civil patenteou-se a meus olhos, destruindo incontinente o repouso de meu querido Pai!
> Por vezes vi-o a ponto de sucumbir ao golpe do assassino; por vezes minha alma tremeu, e detestou os homens a cuja maldade sucumbia a inocência e a virtude nesses calamitosos tempos de horror, e de desolação! Foi n'essas tremendas crises, que eu, guiada por um verdadeiro zelo filial, achava em meu coração uma coragem superior à minha idade. Consolava minha terna mãe desolada de dor tremendo a cada instante pela preciosa vida de seu bom esposo; procurava adoçar a existência deste por meus ternos cuidados, e uma constante obediência a seus sábios preceitos. Quantas vezes o meu coração pulava de prazer ouvindo-o exclamar: "Oh! minha filha! quão feliz sou em possuir-te!". Depois mesmo que os Fados desencadearam seus cruéis satélites para sitiarem minha triste juventude, e me oprimiram com seus primeiros furores, a mesma exclamação escapou por vezes a esse terno Pai. Eu era a filha predileta do seu coração, e nada poupava para provar-lhe que o merecia (Floresta, 1845, p. 12).

Considerando que no ano anterior, Dionísia casou e se separou do primeiro marido, algumas informações do trecho acima suscitam questionamentos. Considerando que o seu retorno para a casa dos pais após a união desfeita foi motivo de escândalo e vergonha, a escritora descreve a relação com o pai de maneira distinta, apresentando-se como a filha predileta, elogiada por suas virtudes. Ainda sobre a violência sofrida por sua família durante os levantes de 1824, Nísia Floresta descreve em seus *Fragments*:

> Os tristes acontecimentos de 1824 vieram novamente afligir os espíritos liberais e exasperar, sobretudo nas províncias do Norte, o ódio fatal à nacionalidade que já havia custado tanto sangue e lágrimas! Uma parte da população pacífica das cidades e arredores de Floresta começou repentinamente a se amotinar, aqui e ali, quase por toda parte, e permitiu-se a excessos sob pretextos patrióticos, para oprimir os que eram considerados contrários à nova Constituição que acabávamos de jurar. Vários portugueses, embora adeptos à causa do Brasil, foram injustamente perseguidos e suas propriedades destruídas. Floresta foi uma das que mais sofreram. Uma hora de homens desenfreados, que chamávamos de ronda leve, percorria os arredores, atirando sobre as casas; uma descarga de fuzil, atravessando a porta exterior de uma sala onde se encontrava o

> pequeno Brasil, caiu a dez centímetros acima da cabeça, que, meio adormecida num sofá, escapou da morte como por milagre.[12]

Como desfecho, a família se viu obrigada a deixar a propriedade. Ela continua:

> A consternação de toda a família exposta a tais atentados foi imensa; nosso pai, no horror que lhe inspiravam esses excessos e vendo devastada sua bela propriedade, outrora tão admirada por todos os que aí recebiam o mais hospitaleiro dos acolhimentos, determinou-se com lamento a abandoná-la. Além do mais, desgostoso com essa província por outros penares, ele retornou a Pernambuco, onde continuou sua carreira de advogado.[13]

Em Pernambuco, a família residiu em Goiana, Olinda e Recife. Apesar das mudanças, é provável que Dionísia tenha continuado seus estudos, ora domésticos, ora vinculados a alguma instituição de ensino para meninas. A formação de Nísia Floresta é pouco conhecida. Câmara (1941) sugere que os seus primeiros estudos tenham se dado em Goiana, tendo em vista a ausência de estabelecimentos de ensino em Papari.

Outro apontamento do autor diz respeito a sua estada em Recife e em Olinda, onde provavelmente tenha tido contato com a leitura de autores clássicos portugueses. Dionísia falava o idioma francês e conhecia o inglês (Câmara, 1941). É verdade que as constantes viagens da família permitiram que Dionísia tivesse contato com uma diversidade de ideias, livros e debates.

Em 1828, após retornos e partidas decorrentes dos constantes levantes antilusitanos que levavam a depredações e agressões contra a família, Dionísio Pinto foi assassinado exercendo a profissão de advogado, ao defender interesses contrários aos dos poderosos dessa localidade. Câmara (1941) destaca que a rivalidade que culminou na morte de Dionísio era antiga, tendo início quando a família residiu em Goiana. O assassinato do pai é relatado por ela:

> Nosso pai, indo defender a causa de um de seus clientes numa cidade a 18 léguas de Recife [...]. Terminada sua tarefa, ele se dispôs a retornar para perto de sua querida família [...]. O capitão-mor, autoridade da época colonial e vergonha da civilização de um Brasil em crescimento, o qual ele ainda dominou durante muito tempo, mesmo depois de sua Independência, o capitão-mor, A.U.C (quase meio século se passou desde então e minha pena ainda se recusa a traçar este nome execrável!!), déspota brutal que exercia nesse tempo as prerrogativas de um título já caduco, o qual lhe fornecia, no entanto, como a muitos outros, a ocasião de satisfazer impunemente os ferozes instintos de sua natureza, ele dissimulava, depois de algum tempo, seu rancor contra o digno advogado que tivera coragem de defender a causa de um infeliz pai de família, que seu despotismo oprimia, e de bradar, assim, o terror que seu nome inspirava por toda parte. Esse

---

[12] "*Les tristes événements de 1824 vinrent de nouveau affliger les esprits libéraux et exaspérer, surtout dans les provinces du Nord, la haine fatale de nationalité qui avait déjà coûté tant de sang et de larmes! Une partie de la paisible population des villes et des environs de la Floresta commença tout d'un coup à s'ameuter çà et là, presque partout, et se livra à des excès sous des prétextes patriotiques pour opprimer ceux qu'on prétendait contraires à la nouvelle constitution qu'on venait de jurer. Plusieurs Portugais, quoiqu'ils eussent adhéré à la cause du Brésil, furent injustement poursuivis et leurs propriétés ravagées. La Floresta fut une des plus éprouvées. Une horde d'hommes effrénés, qu'on appelait la ronde légère, parcourait les environs, en tirant sur les maisons; une décharge de fusil traversant la porte extérieure d'une salle où se trouvait, à deini couché dans un canapé, le petit Brasil, tomba à dix centimètres au-dessus de la tête de cet enfant qui échappa à la mort comme par miracle*" (Floresta, 1878, p. 49-50).

[13] "*La consternation de toute la fumille exposée à de tels attentats fut immense; et notre père, dans l'horreur que lui inspiraient ces excès, et voyant dévastée sa belle propriété si admirée naguère de tous ceux qui y recevaient l'accueil le plus hospitalier, se détermina avec peine à l'abandonner. Dégoûté d'ailleurs de cette province par d'autres chagrins qu'il y avait essuyés à cette époque, il retourna à Pernambuco, où il continua sa carrière d'avocat*" (Floresta, 1878, p. 50).

> advogado, que fizera triunfar o direito de seu pobre cliente, alvo da injustiça atroz de um tal tirano, caiu de improviso sob os golpes de assassinos pagos por ele.[14]

Após a morte do pai, Dionísia assumiu a responsabilidade pelo sustento da família, provavelmente como preceptora, conforme hipótese levantada por Telles (2004). A riqueza herdada pela mãe possivelmente ajudou a mantê-los após a dolorosa partida de Dionísio. Também foi no ano de 1828 que Dionísia foi morar com Manoel Augusto de Faria Rocha, que ela identifica como marido legítimo e pai de seus filhos. Esse é um momento decisivo na história de Nísia Floresta, considerando que assim ela conseguiu se afastar do primeiro casamento, especialmente após mudar-se com a família para o Rio Grande do Sul e lá tornar-se viúva, em 29 de agosto de 1833.

Ainda que não tenha sido localizada a certidão de casamento de Dionísia e Manoel Augusto, outras documentações esclarecem que a união entre eles foi reconhecida como legítima pela sociedade. A certidão de nascimento de Augusto Américo de Faria Rocha, filho do casal:

> Aos quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos trinta e três [...], batizou solenemente o reverendo Manoel José Soares [Pina?], e pôs os santos óleos a Augusto, nascido a doze de janeiro do mesmo ano, filho legítimo do Doutor Manoel Augusto de Faria Rocha, e de Dona Nísia Floresta Brasileira Augusta, naturais de Pernambuco; neto paterno de Manoel Gonçalves de Faria, natural de Portugal, e de Joanna Sofia do Amaral, natural de Pernambuco; o materno de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, natural de Portugal, e de Antônia Clara Freire, natural do Rio Grande do Norte; foram padrinhos o Doutor Manoel Antonio Rocha Faria, e sua mulher Dona Luiza Justiniana de Freitas Rocha [...].[15]

E a certidão de óbito de Augusto Américo:

> Aos doze dias do mês de março de mil oitocentos e noventa e dois, nesta capital federal em cartório da décima terceira portaria, compareceu Adriano Joaquim de Sousa Pereira morador a Praça do Engenho Novo, número dois, e exibindo um atestado assinado pelo Doutor Fernando Teixeira, declarou que hoje às cinco horas da manhã na casa número cinco da rua Sousa Barros, faleceu de acesso pernicioso de forma ardente Augusto Américo de Faria Rocha, de cor branca, de cinquenta e nove anos de idade, casado com Dona Engrácia Augusta de Faria Rocha, diretor de colégio, natural de Pernambuco, filho legítimo do Doutor Manoel Augusto de Faria Rocha e de Dona Nísia Floresta Brasileira Augusta, não deixou testamento nem filhos [...].[16]

Ambas as certidões evidenciam que o pseudônimo adotado por Dionísia suplantou a assinatura de seus escritos, tornando-se nome próprio. Isso certamente já seria satisfatório caso existisse a tentativa de esconder a primeira união desfeita aos treze anos. Augusto Américo é apresentado como filho legítimo da união de Nísia Floresta e Manoel Augusto, validando o casamento perante seus iguais.

---

[14] "*Notre père, devant aller défendre la cause d'un de ses clients dans une ville à dix-huit lieues du Recife [...]. Sa tâche terminée, il se disposait à retourner auprès de sa chère famille [...]. Le Capitam-Mor, autorité de l'époque coloniale, qui, à la honte de la civilisation progressive du Brésil, y domina encore longtemps après son indépendance, le Capitam-Mor, A. U. C. (près d'un demi-siècle s'est écoulé depuis lors et ma plume se refuse encore à tracer ce nom exécrable!), despote brutal qui exerçait dans ce temps-là les prérogatives d'un titre déjà caduc, lequel lui fournissait cependant, comme à bien d'autres, l'occasion de satisfaire impunément les féroces instincts de sa nature, dissimulait depuis quelque temps sa rancune contre le digne avocat qui avait eu le courage de plaider la cause d'un malheureux père de famille que son despotisme opprimait, et de braver ainsi la terreur qu'inspirait partout son nom. Cet avocat, qui avait fait triompher le droit de son pauvre client en butte à l'injustice atroce d'un pareil tyran, tomba à l'improviste sous les coups d'assassins salariés par lui*" (Floresta, 1878, p. 55-56).

[15] Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Livro de Registro de Batismo da Matriz Madre de Meus de Porto Alegre, fl. 62. In: BRASIL. Rio Grande do Sul. *Registros da Igreja Católica, 1738-1952*. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F833-2M?i=542&cc=2177295. Acesso em: 6 jan. 2023.

[16] Arquivo da Décima Terceira Circunscrição de Registros Civis do Rio de Janeiro. Óbitos de fevereiro de 1892 a outubro de 1892, n. 243, fl. 42. In: BRASIL. Rio de Janeiro. *Registro Civil, 1829-2012*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D83S-SNM?i=42&cc=1582573>. Acesso em: 6 jan. 2022.

As informações de que dispomos a respeito da vida de Dionísia antes de adotar o pseudônimo estão presentes, de forma esparsa, em seus escritos. Portanto, trata-se de um olhar distante de uma mulher madura, marcada por suas estadias no exterior e sua experiência como educadora. Nísia Floresta utiliza sua escrita para rememorar os primeiros anos, dando relevo para o que elege como interessante, e silenciando informações que eventualmente comprometessem a reputação que erigiu.

O pseudônimo vai além da tentativa de encobrir sua identidade literária: é o instrumento encontrado para ser reconhecida como mulher viúva e, portanto, digna de respeito, visto que apaga o casamento contraído aos treze anos. Jaqueline Pandovani da Silva (2015, p. 116) ressalta que "a 'classe' das viúvas, comparada à posição que as demais mulheres ocupavam, costumava assumir um status diferenciado, em termos de vantagens econômicas e sociais".

Queiroz (2011a) destaca que os pseudônimos eram utilizados por mulheres que adentravam o universo da escrita e desejavam ocultar sua identidade, evitando agressões masculinas e rejeição social. No caso de Dionísia, a notoriedade ganhada pelo pseudônimo destoa do uso desse recurso por outras mulheres à medida que que passou a ser reconhecido como nome próprio.

Quanto aos fatos que coloca em evidência em suas lembranças, esses dizem respeito ao local de nascimento, aos conflitos enfrentados pela família, à educação inicial recebida com a anuência do pai, e a confiança de Dionísio em sua filha predileta. As virtudes que a jovem Dionísia possuía também são descritas, especialmente com a finalidade de inspirar outras jovens meninas. Desta maneira, estudar a vida de Dionísia antes de assumir o pseudônimo pelo qual ficou conhecida no Brasil e na Europa permite conhecer as contradições entre sua experiência e aquilo que ela desejava construir através de seus escritos.

Referências

ABRANTES, Elizabeth de Sousa. *"O dote é a moça educada": mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. São Luís: EDUEMA, 2012.

ARAÚJO, Johny Santana de; SILVA, Francisco de Assis Oliveira. O. A construção do Estado Imperial brasileiro: Confederação do Equador e a província do Piauí 1823-1825. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 20, n. 33, p. 102-119, 2019.

BOTTING, Eileen Hunt; MATTHEWS, Charlotte Hammond. Overthrowing the Floresta-Wollstonecraft Myth for Latin American Feminism. *Gender & History*, v. 26, n. 1, abr. 2014, p. 64-83.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRANDÃO, Ulisses. *A confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

CÂMARA, Adauto. *História de Nísia Floresta*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

CÂMARA, Nathalie Bernardo da. Notas comentadas da tradutora. In: FLORESTA, Nísia. *Fragmentos de uma obra inédita: notas biográficas*. Trad. Nathalie Bernardo da Câmara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 81-105.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Biografia impossível. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 9-16.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS, Luma Pinheiro. *Nísia Floresta e a escrita em defesa da educação feminina nos Oitocentos.* Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra.* Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

FALCI, Miridan B. Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil.* 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. De Papary à (Dio) Nísia: cidade e mulher. *Imburana* – Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses. Natal, n. 3, p. 25-37, fev./jun. 2011.

FLORESTA, Nísia. *Conselhos à minha filha.* 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Imp. de F. de Paula Brito, 1845.

FLORESTA, Nísia. *Fragments d'un ouvrage inédit, notes biographiques.* Paris: A. Chĕrié, 1878.

FLORESTA, Nísia. *Fragmentos de uma obra inédita: notas biográficas.* Trad. Nathalie Bernardo da Câmara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.* São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, Hélio. Dona Francisca Freire. *Diário de Natal.* Natal, p. 1-4, 13 fev. 1949.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil.* 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima et al. (org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora.* Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 21-39.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, Constância Lima et al. (org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora.* Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 157-171.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.* Teresina: EDUFI, 2011a.

QUEIROZ, Teresinha. Amélia Bevilacqua e a escrita feminina no Brasil. In: BORRALHO, José Henrique; GOMES, Marcelo; BEZERRA, Nielso (org.). *Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista.* São Luís: Café e Lápis, Editora UEMA, 2011b. p. 203-217.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. Luiza Amélia de Queiroz: uma pioneira das letras e do feminismo no Piauí. In: QUEIROZ, Luíza Amélia de. *Flores incultas*. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2015. p. 251-260.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

SILVA, Jaqueline Padovani da. De esposa a viúva, de viúva a esposa. In: SILVA, Jaqueline Padovani da. *"Desta para a melhor": a presença das viúvas machadianas no Jornal das Famílias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13 (1), p. 179-199, jan./abril. 2005.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: UNIPOP, 2012.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. *Educação em Questão*. Natal, v. 28, n. 14, p. 24-41, jan./jun. 2007.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, "encruzilhada de desencontros" do Império luso-brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*. São Paulo, n. 58, p. 58-91, jun./ago. 2003.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.